

**Departamento do Trabalho dos Estados Unidos.
Escritório de Assuntos Trabalhistas Internacionais
Serviço de Trabalho Infantil, Trabalhos Forçados e Tráfico Humano**

PERGUNTAS FREQUENTES:

Relatórios sobre Trabalho Infantil e Trabalhos Forçados divulgados em 2014

1. O que o Escritório de Assuntos Trabalhistas Internacionais (ILAB) do Departamento do Trabalho está divulgando em 2014?

O ILAB está divulgando a 13ª edição do documento do Departamento *Constatações sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil*, conforme determina a Lei do Comércio e Desenvolvimento de 2000 (TDA); a sexta edição da *Lista de Bens Produzidos com Trabalho Infantil ou Trabalho Forçado*, conforme determina a Lei de Renovação da Autorização para Proteção de Vítimas do Tráfico, de 2005 (Lista TVPRA); e atualizações da *Lista de Bens Produzidos com Trabalho Infantil Forçado ou Escravo*, conforme determina a Ordem Executiva 13126 (Lista EO).

O relatório da TDA deste ano introduz um novo formato simplificado para apresentar a situação dos esforços dos 143 países que se beneficiam das preferências comerciais dos EUA para eliminar as piores formas de trabalho infantil. A nova Lista TVPRA salienta o acréscimo de novos produtos de países que o Departamento tem motivos para acreditar que sejam produzidos com trabalho infantil ou forçado em violação às normas internacionais. Com relação à Lista EO, este ano o ILAB está publicando pela primeira vez descrições narrativas do trabalho infantil forçado ou escravo que ocorre em mineração, produção ou fabricação de cada um dos produtos relacionados. O ILAB também está publicando no *Federal Register* um aviso de determinação inicial para adicionar um novo produto à Lista EO.

2. **Quais são as informações cobertas por cada relatório?**

O Relatório TDA cobre crianças sujeitas às piores formas de trabalho infantil e expõe perfis descritivos de 143 países e territórios. Cada perfil inclui informações acerca da prevalência e distribuição setorial do trabalho infantil no país ou território; estrutura jurídica sobre as piores formas de trabalho infantil; aplicação das leis sobre as piores formas de trabalho infantil; coordenação das atividades governamentais sobre as piores formas de trabalho infantil; políticas governamentais sobre as piores formas de trabalho infantil; e programas sociais para combater as piores formas de trabalho infantil. Cada perfil tem início com uma avaliação narrativa declarando se os países fizeram progresso significativo, moderado, mínimo ou nenhum avanço na eliminação das piores formas de trabalho infantil.

A Lista TVPRA cobre adultos e crianças e concentra-se nos bens produzidos com trabalho infantil ou forçado em violação às normas internacionais. A Lista TVPRA inclui 136

produtos de 74 países. A Lista EO cobre apenas crianças e trabalhos infantis forçados, e visa a assegurar que as agências federais dos EUA não adquiram produtos feitos com trabalho infantil forçado ou escravo. A Lista EO inclui 35 produtos fabricados com trabalho infantil forçado ou escravo em 26 países.

3. Que mudanças foram instituídas com o Relatório TDA de 2013?

Este ano, o ILAB lançou um novo formato para os perfis dos países de modo a tornar o relatório um documento mais fácil de usar e uma ferramenta de política melhor para a participação. O novo formato apresenta as informações mais importantes de maneira mais ágil, utilizando mais quadros e menos texto do que nos anos anteriores. Existem duas mudanças principais. Primeiro, as informações consideradas “estáticas”, ou que praticamente não mudam de um ano para o outro (ex.: setores nos quais as crianças trabalham, leis e órgãos de fiscalização), são condensadas em quadros em cada seção, juntamente com qualquer atualização da evolução ocorrida durante o período do relatório. Segundo, as constatações sobre lacunas nas iniciativas governamentais são elaboradas em forma de narrativa depois do quadro.

4. Quais os critérios usados pelo Departamento do Trabalho para determinar as avaliações de país para os países beneficiários da TDA?

No Relatório da Comissão da Conferência da TDA (2000), o Congresso explicou que os critérios a seguir devem ser levados em conta ao determinar se os países estão cumprindo os compromissos internacionais para eliminar as piores formas de trabalho infantil. Esses critérios incluem o fato de o país ter:

- Leis e regulamentos adequados para banir as piores formas de trabalho infantil;
- Leis e regulamentos adequados para a implementação e fiscalização de tais medidas;
- Mecanismos institucionais formais para investigar e processar reclamações relativas a alegações de piores formas de trabalho infantil;
- Uma política abrangente para a eliminação das piores formas de trabalho infantil;
- Programas sociais para prevenir o recrutamento e ajudar a retirar crianças das piores formas de trabalho infantil.

O Relatório da Comissão da Conferência da TDA pede também que se considere um sexto critério, que seria o progresso constante no sentido de eliminar as piores formas de trabalho infantil. Com a ferramenta de avaliação de país pretende-se antes prestar informações conforme esse sexto critério do que determinar “se o país implementou seus compromissos para eliminar as piores formas de trabalho infantil”. Esta determinação é da alçada do Presidente.

O Departamento do Trabalho operacionalizou esses critérios mediante uma série de perguntas que foram incluídas no Apêndice do Relatório.

5. Como o Departamento do Trabalho avalia as iniciativas do país para eliminar as piores formas de trabalho infantil?

Desde a edição de 2009, cada relatório da TDA identifica um conjunto de ações recomendadas que os países devem adotar para progredir nas iniciativas de eliminação das piores formas de trabalho infantil. A implementação – ou não – das ações recomendadas define a base a partir da qual avaliar o progresso de um país. Essas ações, em combinação com outras iniciativas empreendidas pelo país, foram consideradas ao avaliar o nível do progresso do país durante o período coberto pelo relatório atual comparado com anos anteriores. O relatório cobre o período de janeiro a dezembro de 2013. No entanto, consideraram-se também ações significativas empreendidas no primeiro trimestre de 2014 (janeiro a março).

Identificadas as iniciativas do país, o ILAB avaliou (1) o significado dessas iniciativas — ações que poderiam exercer um impacto significativo na eliminação das piores formas de trabalho infantil — empreendidas durante o período do relatório e (2) a medida em que essas iniciativas significativas atenderam a certos critérios da TDA esboçados acima, também durante o período do relatório. Ademais, o ILAB analisou se o governo compactuava com o uso de trabalho infantil forçado, inclusive o recrutamento compulsório de crianças para conflito armado.

6. Quais os critérios usados para avaliar informações e incluir produtos na Lista TVPRA?

A fim de compilar uma Lista fidedigna e o mais abrangente possível, o ILAB esboçou um método de levantamento e o publicou no *Federal Register* a 1º de outubro de 2007, solicitando observações do público. As observações do público foram devidamente incorporadas às diretrizes finais de procedimento do ILAB publicadas no *Federal Register* a 27 de dezembro de 2007. Ver 72 Fed. Reg. 73374 ou <http://edocket.access.gpo.gov/2007/pdf/E7-25036.pdf>. As diretrizes de procedimento enumeram os cinco critérios principais seguintes:

- Natureza das informações;
- Data das informações;
- Fonte das informações;
- Medida da confirmação por várias fontes ; e
- Se as informações indicam uma incidência significativa de trabalho infantil, trabalhos forçados ou trabalho infantil forçado na produção dos bens.

Estes critérios são usados ao avaliar, a fim de compor a Lista, todas as informações relevantes acerca de bens produzidos por trabalho infantil e trabalhos forçados transgredindo normas internacionais.

7. Por que há diferenças entre os bens que constam nas Listas TVPRA e EO e as informações do Relatório TDA?

Se as Listas incluem trabalho infantil na produção de um bem ou produto, esse bem ou produto também é incluído no Relatório TDA desse país. As Listas foram elaboradas em conformidade com as respectivas diretrizes de procedimento, e o relatório TDA visa proporcionar um quadro abrangente do trabalho infantil em um país; seu contexto; e leis, regulamentos e programas para resolver a questão.

8. Qual a diferença entre a Lista TVPRA e a Lista EO?

A Lista EO visa assegurar que as agências federais dos EUA não adquiram bens produzidos com trabalho infantil forçado ou escravo. Assim, difere da Lista TVPRA, que visa promover iniciativas para monitorar e combater trabalhos forçados e trabalho infantil na produção de bens em países estrangeiros. A EO sobre as aquisições federais dos EUA aplica-se tão somente aos produtos constantes da Lista EO, não aos da Lista TVPRA. Ademais, a Lista EO cobre trabalho infantil forçado ou escravo, enquanto a Lista TVPRA abrange um universo mais amplo, incluindo adultos em trabalhos forçados e crianças em trabalho que envolve exploração mas não é necessariamente forçado ou escravo.

9. Por que as Listas TVPRA e EO incluem bens produzidos no setor informal ou “artesanal”?

Em obediência às determinações das Listas, o levantamento do ILAB concentra-se em toda atividade econômica de produção de bens. A atividade econômica abrange a produção tanto do setor formal quanto do informal, e inclui bens produzidos apenas para consumo pessoal ou familiar. Entre os exemplos de atividade do setor informal figuram trabalho eventual como diarista sem contrato formal; agricultura e pesca de pequena escala; mineração artesanal e pedreiras; e trabalho de fabricação executado em oficinas domésticas. A produção de bens ilícitos está incluída nessas atividades econômicas informais, mas sua inclusão nas Listas não visa a aprovar ou legitimar esses produtos ou formas de trabalho.

10. Por que figuram nas Listas TVPRA e EO bens que não são exportados para os Estados Unidos?

A TVPRA determina que o ILAB monitore e combata o trabalho infantil e os trabalhos forçados “em países estrangeiros” e que elabore uma Lista de “produtos de países”. Não limita a Lista a produtos exportados para os Estados Unidos. Na maioria dos casos, o ILAB não tem informações que mostrem se os produtos da Lista são consumidos internamente ou exportados.

11. Por que varia o nível de especificação dos bens das Listas TVPRA e EO — por exemplo, “Pedras” da Índia e “Granito” da Nigéria?

As diretrizes de procedimento da TVPRA definem “produto” como “bens, utensílios, artigos, materiais, itens, suprimentos e mercadorias”. O ILAB determina o tipo de bem a incluir na Lista com base no nível de especificação das fontes usadas para confirmar o uso de trabalho infantil ou trabalhos forçados na sua produção. O ILAB acolhe com satisfação informações

complementares de partes interessadas que forneçam mais detalhes sobre os bens relacionados.

12. Que relatório(s) contém(êm) informações a respeito de adultos?

Só a Lista da TVPRA inclui informações relativas a adultos; inclui bens fabricados com trabalhos forçados adultos. As disposições da TDA e da EO visam exclusivamente às crianças.

13. Que relatório(s) inclui(em) informações sobre o setor de serviços, como o trabalho doméstico?

Só o Relatório TDA cobre o trabalho no setor de serviços; as duas Listas focalizam exclusivamente a produção de bens.

14. O Departamento do Trabalho registra os progressos feitos para resolver esses problemas?

Todos os três relatórios levam em conta as iniciativas em curso para combater o trabalho infantil e os trabalhos forçados. O Relatório TDA focaliza explicitamente as leis governamentais, sua aplicação, a coordenação, políticas e programas sociais; e abrange descrições detalhadas das iniciativas de numerosos governos para combater as piores formas de trabalho infantil. O Departamento do Trabalho já publicou diretrizes de procedimento para a elaboração de suas Listas (TVPRA e EO), que tratam da medida em que as iniciativas do governo, indústria ou terceiros podem ser consideradas ao tomar a decisão de incluir bens nas Listas.

15. Qual o processo de consulta que o ILAB entabula com os países e setores que aparecem nas Listas?

Os países estrangeiros, grupos empresariais e a sociedade civil têm várias oportunidades para entrar em contato com o ILAB em relação a todos os seus relatórios sobre trabalho infantil e trabalhos forçados internacionais. Todo ano o ILAB publica no *Federal Register* um edital solicitando informações de qualquer parte interessada sobre trabalho infantil e trabalhos forçados no plano internacional. Via de regra as respostas partem de governos, setores e da sociedade civil e são devidamente usadas para elaborar todos os relatórios. O ILAB também envia cartas às embaixadas de todos os países e territórios cobertos pelo Relatório e pelas Listas TDA, solicitando seus pontos de vista sobre o perfil de país da TDA e quaisquer bens que apareçam nas Listas do país em questão. Ademais, em conformidade com as diretrizes de procedimento que regem as Listas TVPRA e EO, o ILAB acolhe a qualquer momento correspondência de governos, de grupos empresariais e do público, avalia-a e responde individualmente a cada comunicação. O ILAB também promove encontros ao longo do ano com qualquer governo, indústria ou grupo da sociedade civil que solicite uma reunião a respeito de questões ligadas aos relatórios.

16. O que está fazendo o Departamento do Trabalho para combater as piores formas de trabalho infantil nos Estados Unidos?

O Departamento do Trabalho é a única agência federal que monitora o trabalho infantil e fiscaliza o cumprimento das leis sobre trabalho infantil. A lei federal de maior alcance a restringir o emprego de crianças é a Lei das Normas do Trabalho Justo (FLSA), controlada pela Divisão de Salários e Horários do Departamento do Trabalho (WHD). Além disso, a Lei da Segurança e Saúde Ocupacional e os regulamentos correlatos, controlados pela Superintendência de Segurança e Saúde Ocupacional (OSHA) do Departamento, aplicam-se a todos os empregados, seja qual for sua idade. A WHD e a OSHA implantaram um processo ativo de encaminhamento para casos que envolvam crianças abaixo de 18 anos, e as equipes de fiscalização das respectivas agências já colaboraram em várias investigações.

O site YouthRules! da WHD em <http://www.youthrules.dol.gov> fornece informações sobre trabalho infantil, inclusive as tarefas que os menores podem desempenhar e os horários em que podem trabalhar. Também está disponível uma linha com ligações gratuitas (866-4US-WAGE ou 487-9243) para dar informações a respeito da legislação sobre o trabalho infantil.

Mais informações podem ser encontradas no site da Divisão de Salários e Horários: <http://www.dol.gov/whd/>.

17. Como obter mais informações a respeito desses três relatórios?

No site do Serviço de Trabalho Infantil, Trabalhos Forçados e Tráfico Humano: <http://www.dol.gov/ilab/reports/child-labor/>.

18. Como posso dar opinião a respeito desses três relatórios?

O Serviço de Trabalho Infantil, Trabalhos Forçados e Tráfico Humano acolhe opiniões sobre os três relatórios. Para dar sua opinião, envie e-mail para ocft@dol.gov.